

Instituto Natura

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (negativo)	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Administradores do
Instituto Natura
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Natura “Instituto”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Natura em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcia Keiko Ando
Contadora CRC 1SP235113/O-7

INSTITUTO NATURA**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	548	2.383
Títulos e valores mobiliários	5	2.228	-
Outros ativos		104	74
Despesas Antecipadas		<u>2</u>	<u>-</u>
Total dos ativos circulantes		<u>2.882</u>	<u>2.457</u>
NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado	6	60	90
Intangível		-	1
Total dos ativos não circulantes		<u>60</u>	<u>91</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>2.942</u>	<u>2.548</u>

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTES			
Fornecedores e provisões	7	660	549
Obrigações trabalhistas	8	1.551	1.546
Obrigações tributárias		<u>273</u>	<u>233</u>
Total dos passivos circulantes		<u>2.484</u>	<u>2.328</u>
NÃO CIRCULANTES			
Provisão para contingências	9	<u>693</u>	<u>1.009</u>
Total dos passivos não circulantes		<u>693</u>	<u>1.009</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)			
Patrimônio Social	10.a	162	162
Déficit acumulado	10.b	<u>(397)</u>	<u>(951)</u>
Total do patrimônio líquido (negativo)		<u>(235)</u>	<u>(789)</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)		<u>2.942</u>	<u>2.548</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO NATURA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITAS SOCIAIS	11	<u>34.801</u>	<u>31.736</u>
DESPESAS SOCIAIS			
Gerais e administrativas	12	(3.798)	(3.304)
Com projetos	12	(30.530)	(28.423)
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>473</u>	<u>9</u>
Receitas financeiras	13	175	200
Despesas financeiras	13	(94)	(102)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u><u>554</u></u>	<u><u>107</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO NATURA

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**
(Em milhares de Reais - R\$)

	2018	2017
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	554	107
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>554</u>	<u>107</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO NATURA

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

(Em milhares de Reais - R\$)

	Patrimônio Social	(Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido (negativo) Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	992	(1.888)	(896)
Fundo Patrimonial	(830)	830	-
Superávit do exercício	-	107	107
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	162	(951)	(789)
Superávit do exercício	-	554	554
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	162	(397)	(235)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO NATURA**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**
(Em milhares de Reais - R\$)

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do período	554	107
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa:		
Juros sobre aplicações e títulos de valores mobiliários	(146)	-
Depreciações e amortizações	30	32
Provisão para contingências	34	539
AUMENTO/(REDUÇÃO) DOS ATIVOS E PASSIVOS		
Outros ativos	(30)	(55)
Despesas antecipadas	(2)	-
Fornecedores e provisões	111	(316)
Obrigações trabalhistas	5	(24)
Obrigações tributárias	40	31
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES SOCIAIS	<u>596</u>	<u>314</u>
OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES SOCIAIS		
Pagamentos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas	(350)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES SOCIAIS	<u>246</u>	<u>314</u>
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(22.540)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	20.459	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(2.081)</u>	<u>-</u>
(REDUÇÃO) / AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(1.835)</u>	<u>314</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	2.383	2.069
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	548	2.383
(REDUÇÃO) / AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(1.835)</u>	<u>314</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO NATURA**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018****(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado).**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Natura, doravante denominado simplesmente “Instituto”, é uma Associação sem fins lucrativos ou econômicos, com prazo de duração indeterminado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjunto 171, Condomínio Edifício Faria Lima, e tem por objeto social a transformação da sociedade, focando a promoção da qualidade de vida, em suas diferentes dimensões, com ênfase na educação, na ampliação das liberdades, na democratização do acesso à informação, no aprofundamento da justiça social e na sustentabilidade.

O orçamento aprovado pelo Instituto Natura anualmente assegura a continuidade de suas operações em níveis equivalentes aos realizados nos anos anteriores.

A principal fonte de recursos é a mantenedora Natura Cosméticos S.A., que destina o lucro da linha de produtos Crer Para Ver para que seja investido em ações sociais, bem como doações anuais de um percentual do seu lucro líquido para a manutenção do Instituto.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras do Instituto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que correspondem à moeda funcional e de apresentação do Instituto.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas aplicações financeiras que foram mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

A Administração avaliou a capacidade do Instituto em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram

preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios do Instituto.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Estão registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas para redução no valor recuperável (“impairment”), quando aplicável.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada. As vidas úteis são revistas a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Fornecedores e provisões

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.5. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.6. Provisão para contingências

As provisões para contingências são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo

provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros do Instituto compreendem ativos financeiros como caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, e passivos financeiros como fornecedores. Os instrumentos financeiros são mensurados pelo método do custo amortizado ou custo menos a redução ao valor recuperável, exceto os títulos e valores mobiliários que são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.8. Apuração do superávit / déficit - receitas e despesas

As receitas oriundas de doações são registradas mediante a documentação hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

Não há previsão para devolução das doações ao doador, adicionalmente a Administração do Instituto possui autonomia para a destinação das respectivas doações e não há projetos em que há a efetiva correlação entre a doação recebida e a despesa a ser incorrida.

As despesas com doação são registradas no momento em que os respectivos gastos são incorridos ou quando há um efetivo compromisso contratual assumido de destinação de recursos para um projeto ou iniciativa. Para alguns projetos, estes compromissos são assumidos de maneira parcial, a partir das respectivas prestações de contas dos parceiros para cada fase do projeto.

2.9. Trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de desembolsar, caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros ("ITG 2002"), o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração no exercício de suas funções. As receitas com trabalhos voluntários

são reconhecidas no resultado do exercício como receitas sociais de outras doações em contrapartida nas despesas sociais com pessoal.

2.10. Novas normas, alterações e interpretações de normas ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Instituto são abaixo apresentadas.

Norma	Descrição	Vigência
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	Define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Esta norma substitui a sua versão anterior (CPC 06 (R1)) e correspondentes interpretações.	1º de janeiro de 2019

O Instituto pretende adotar tal norma quando ela entrar em vigor, porém, considerando as atuais operações do Instituto, a Administração não espera que tal norma produza efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Instituto.

2.11. Novas normas, alterações e interpretações de normas aplicadas pela primeira vez para o período iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2018

CPC 47 Receita de Contrato com Cliente

O Instituto aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47, que estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita. Como resultado da implementação do CPC 47, o Instituto revisitou suas práticas contábeis relacionadas à identificação das obrigações de desempenho, e não identificou mudanças significativas das práticas já adotadas anteriormente de acordo com o CPC 30(R1) - Receitas e interpretações relacionadas.

Obrigação de desempenho	Natureza, determinação do preço da transação e momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita.	Natureza das mudanças nas práticas contábeis
a) Receita de doações	<p>A receita de doações é oriunda de entradas financeiras de diversas empresas, principalmente das empresas do grupo Natura & Co para aplicação nas mais diversas ações foco do Instituto, com seus parceiros.</p> <p>A receita é registrada contabilmente apenas quando efetivamente ocorre a entrada de caixa para o poder do Instituto</p>	O CPC 47 não trouxe impactos significativos.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O Instituto também aplicou a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 48, o qual estabelece princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros envolvendo todos os três aspectos de contabilização: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilidade de hedge.

i) Classificação e mensuração

O CPC 48 introduz uma nova metodologia para classificação e mensuração de ativos financeiros, que consiste na determinação do modelo de negócio utilizado pelo Instituto para gerir seus ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a classificação e mensuração continuam consistentes com CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Ativos financeiros

Os modelos de negócio definidos pelo CPC 48 são:

- Manter ativo financeiro para recebimento dos fluxos de caixa contratuais objetivo de manter o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros somente para recebimento dos fluxos de caixa contratuais.
- Manter ativo financeiro tanto para recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto para sua venda: objetivo de manter o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros tanto para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela sua venda.
- Outros - Se um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não for classificado de acordo com os modelos de negócio anteriores, então, esse deve ser registrado na categoria residual de ativos.

Para os ativos financeiros, a determinação do modelo de negócio deve considerar os seguintes aspectos:

- Como o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros contidos nele) é avaliado e reportado ao pessoal-chave;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros contidos nele) e, em particular, a forma como esses riscos são gerenciados; e
- Como os gestores do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração baseia-se no valor justo dos ativos gerenciados ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

Com base nesses aspectos, o Instituto identificou os seguintes modelos de negócios:

Modelo 1: Manter ativo financeiro para recebimento dos fluxos de caixa contratuais - Gestão dos recursos para receber somente os fluxos de caixa contratuais e, em alguns casos, posterior transferência desses recursos para partes relacionadas.

Modelo 2: Outros - Gestão de recursos para fins de fluxo de caixa.

A tabela abaixo demonstra o modelo de negócio determinado para cada ativo financeiro na data da aplicação inicial, ou seja, em 1º de janeiro de 2018:

Item	Modelo de negócio	Categoria de mensuração
<u>Ativos Financeiros</u>		
Certificados de Depósitos Bancários	Modelo 2	Custo amortizado
Fundos de investimento exclusivo	Modelo 2	Valor justo por meio do resultado
Caixa e bancos	Modelo 2	Valor justo por meio do resultado

Em 1º de janeiro de 2018, a Administração do Instituto avaliou quais modelos de negócios se aplicam aos ativos financeiros mantidos pelo Instituto na data da aplicação inicial do CPC 48 e fez a classificação nas devidas categorias. Os principais efeitos provenientes dessa nova classificação são os seguintes:

Ativos financeiros - 1º de janeiro de 2018	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total de ativos financeiros
Saldo em 1º de janeiro de 2018 - CPC 38	2.103	280	2.383
Caixa e bancos	280	(280)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2018 - CPC 48	2.383	-	2.383

Na data da aplicação inicial, ou seja, em 1º de janeiro de 2018, os instrumentos financeiros da Sociedade eram os seguintes:

	Categoria de mensuração		Valor contábil		
	Original (CPC 38)	Novo (CPC 48)	Original	Novo	Diferença
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e bancos	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	280	280	-
Certificados de Depósitos Bancários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	2.103	2.103	-
			<u>2.383</u>	<u>2.383</u>	-

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das práticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. Os principais itens sujeitos a julgamentos na aplicação das práticas contábeis são determinação da vida útil de bens do imobilizado para fins de depreciação e provisão para contingências.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	548	280
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	-	<u>2.103</u>
	<u>548</u>	<u>2.383</u>

Em 31 de dezembro de 2017, os Certificados de Depósito Bancário - CDBs são remunerados em média por 71% do CDI. A Administração do Instituto tem como política o investimento do excedente de caixa em aplicações financeiras de renda fixa em bancos de primeira linha.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundo de investimento exclusivo	2.228	=
	<u>2.228</u>	=

As aplicações do Instituto foram migradas do certificado de depósito bancário para o fundo de investimento exclusivo em abril de 2018.

6. IMOBILIZADO

	Taxa ponderada de depreciação - %	média anual	2017	Adições	Baixas	2018
Valor de custo:						
Benfeitorias em propriedade de terceiros			214	-	-	214
Móveis e utensílios			186	-	-	186
Equipamentos de informática			91	-	-	91
Total custo			<u>491</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>491</u>
Depreciação						
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20		(201)	(3)	-	(204)
Móveis e utensílios	7		(115)	(21)	-	(136)
Equipamentos de informática	18		(85)	(6)	-	(91)
Total depreciação			<u>(401)</u>	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>(431)</u>
Total Geral			<u>90</u>	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>60</u>

	Taxa ponderada de depreciação - %	média anual	2016	Adições	Baixas	2017
Valor de custo:						
Benfeitorias em propriedade de terceiros			214	-	-	214
Móveis e utensílios			186	-	-	186
Equipamentos de informática			91	-	-	91
Total custo			<u>491</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>491</u>
Depreciação						
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20		(198)	(3)	-	(201)
Móveis e utensílios	7		(97)	(18)	-	(115)
Equipamentos de informática	18		(74)	(11)	-	(85)
Total depreciação			<u>(369)</u>	<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>(401)</u>
Total Geral			<u>122</u>	<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>90</u>

7. FORNECEDORES E PROVISÕES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores nacionais (a)	84	121
Provisões de contas a pagar (b)	<u>576</u>	<u>428</u>
	<u>660</u>	<u>549</u>

- a) As atividades administrativas de suporte (contábil, financeiro, jurídico, tecnologia da informação, etc.) são executadas pela Natura Cosméticos S.A. e cobradas do Instituto. Em 31 de dezembro de 2018, o Instituto possuía um saldo a pagar para a Natura Cosméticos S.A. de R\$30 (R\$34 em 31 de dezembro de 2017).
- b) Refere-se às provisões de despesas diversas para atender ao regime de competência.

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários a pagar	652	685
Encargos sociais sobre folha	407	391
Provisão para férias e encargos	<u>492</u>	<u>470</u>
	<u>1.551</u>	<u>1.546</u>

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Riscos cíveis	-	500
Riscos trabalhistas	<u>693</u>	<u>509</u>
	<u>693</u>	<u>1.009</u>

As provisões são revisadas periodicamente pela Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, com base na probabilidade de perda dos riscos trabalhistas e cíveis para refletir a melhor estimativa corrente.

	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>2018</u>
Risco cível (a)	500	-	(150)	(350)	-	-
Risco trabalhista (b)	<u>509</u>	<u>152</u>	=	=	<u>32</u>	<u>693</u>
Total	<u>1.009</u>	<u>152</u>	<u>(150)</u>	<u>(350)</u>	<u>32</u>	<u>693</u>

- (a) Referem-se principalmente a pleitos de reparação de danos morais e financeiros.
- (b) Referem-se principalmente a riscos envolvendo encargos trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2018, o Instituto não possuía passivos contingentes.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)

a) Patrimônio Social

O fundo patrimonial é formado por 10% do valor de doações recebidas das associadas patrocinadoras, quando estas não forem destinadas a projetos específicos. Visa garantir a sustentabilidade e a perpetuação do patrimônio e objeto social do Instituto Natura. A utilização do fundo patrimonial é aprovada, quando necessária, em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2018, o total acumulado de destinações ao fundo patrimonial classificado como patrimônio social era R\$ 162 (R\$ 162 em 2017).

b) Déficit acumulado

Em 31 de dezembro de 2018, o déficit acumulado é de R\$ 397, (déficit de R\$ 951 em 2017).

c) Remuneração da Administração

Conforme previsto no Estatuto Social do Instituto, o Conselho de Administração do Instituto, através de Assembleia Geral, é responsável por instituir a remuneração para os dirigentes do Instituto, nos termos da Lei nº 9.790/99, que atuarem efetivamente na gestão executiva.

11. RECEITA SOCIAIS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita por doações:		
Doações Natura Cosméticos S.A. ⁽¹⁾	3.351	1.485
Doações Crer para Ver ⁽²⁾	25.289	24.733
Doações Outras empresas e Organizações ⁽³⁾	<u>6.161</u>	<u>5.518</u>
	<u>34.801</u>	<u>31.736</u>

(1) Doação associada à mantenedora Natura Cosméticos S.A., que poderá destinar, anualmente, até 0,5 % de seu lucro líquido apurado no exercício anterior.

(2) Doação da Natura Cosméticos S.A. e suas subsidiárias do Brasil, que está associada ao repasse do resultado líquido das vendas da linha de produtos Natura Crer Para Ver.

(3) Doações recebidas de outros Institutos e Fundações para destinação em projetos coordenados pelo Instituto Natura e reconhecimento ao valor justo da receita referente a remuneração do trabalho voluntário dos integrantes do Conselho de Administração.

12. DESPESAS SOCIAIS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Gerais e administrativas		
Pessoal	2.008	1.993
Comunicação e eventos	136	110
Consultorias e serviços (1)	601	492
Despesas com logística	46	54
Manutenção e conservação	520	475
Outras despesas	487	180
Total	<u>3.798</u>	<u>3.304</u>
Com projetos		
Pessoal	6.245	6.701
Comunicação e eventos	1.781	2.267
Consultorias e serviços	7.353	8.320
Despesas com logística	2.025	1.794
Doações realizadas	9.390	5.852
Formação com projetos	1.428	1.056
Outras despesas	2.308	2.433
Total	<u>30.530</u>	<u>28.423</u>

(1) As atividades administrativas de suporte (contábil, financeiro, jurídico, tecnologia da informação, etc.) são executadas pela Natura Cosméticos S.A. e cobradas do Instituto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de despesa relacionada com esse suporte foi de R\$180 (R\$180 em 2017).

Alguns valores comparativos foram reclassificados para melhor apresentação, em decorrência da abertura dos montantes de despesas operacionais por natureza.

13. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:		
Juros com aplicações financeiras	175	199
Outras receitas financeiras	-	<u>1</u>
	<u>175</u>	<u>200</u>
Despesas financeiras:		
Outras despesas financeiras	(94)	(102)
	<u>(94)</u>	<u>(102)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>81</u>	<u>98</u>

14. COBERTURA DE SEGUROS

O Instituto adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros “não derivativos” que incluem aplicações financeiras e caixa, assim como fornecedores nacionais e internacionais, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 46- Mensuração ao valor justo estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 46 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração do valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Informações, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros “não derivativos” do Instituto está classificada como Nível 2 (corresponde ao caixa e bancos e ao fundo de investimento exclusivo).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, o Instituto está sujeito ao risco de liquidez, que é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas

obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

16. RENÚNCIA FISCAL

O Instituto está sujeito a determinados tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. No julgamento da Administração, para fins de atendimento às divulgações exigidas pela ITG 2002(R1), a renúncia fiscal engloba o Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

17. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração do Instituto em reunião realizada em 02 de abril de 2019.

Diretoria

Davi Saad
Presidente

Rodolfo Luque Simões
Gerente de Finanças e Governança

Responsável Técnico

Maria Elisa Moreira Fortino
Contadora
CRC 1SP262066/O-2